# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## REQUERIMENTO Nº. 008/2017

**EXCELENTISSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA.**

**MARCOS ADRIANO RAUTA (PSDB)**, na condição de Vereador da Câmara Municipal de Santa Leopoldina/ES, com base no artigo 168, do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem à presença de Vossa Excelência, **REQUERER** seja expedido ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para que seja investigada a interrupção constante do fornecimento de energia elétrica e serviços de iluminação pública no Município, pugnando pela adoção das medidas cabíveis na presente situação.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Santa Leopoldina/ES, 21 de março de 2017.

Câmara Municipal de Santa Leopoldina
APROVADO
Em 03 04 2017
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**MARCOS ADRIANO RAUTA**
**Vereador – PSDB**

**JUSTIFICATIVA:**

A teor do artigo 2º da Lei 9.427/1996, a Agência Nacional de Energia Elétrica tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, aplicando as penalidades cabíveis às concessionárias de tal serviço público na hipótese de infração.

*(continua...)*

*(Continuação do Requerimento nº 008/2017)*

Nesse sentido, as empresas que recebem essa espécie de delegação são obrigadas a fornecer energia de qualidade ao consumidor, inclusive sob o aspecto de sua distribuição.

Todavia, como é de conhecimento dos cidadãos leopoldinenses, a energia elétrica disponibilizada aos consumidores locais é de baixa qualidade e o sistema diariamente tem apresentado inúmeros incidentes, tais como piques de luz, interrupções sem prévio aviso, instabilidades, dentre outros inconvenientes, prejudicando sobremaneira os setores da economia local e munícipes em suas atividades corriqueiras.

Dessa forma, é preciso que se proceda uma ação de fiscalização, com a avaliação técnica necessária, a fim de apurar se os referidos serviços públicos estão sendo prestados com regularidade e, em havendo alguma infração, que sejam adotadas as medidas legais necessárias no sentido de aplicar a penalidade correspondente, se for o caso.